

HABEAS CORPUS Nº 540.957 - SP (2019/0315071-5)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
FERNANDO SOARES TOLOMEI - SP315005
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : VAGNER VALERIO SALADINI (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de VAGNER VALERIO SALADINI contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento do Agravo em Execução Penal n. 0004066-81.2019.8.26.0996.

Consta dos autos que o Juízo da VEC deferiu o pedido de remição de 4 (quatro) dias na pena do paciente pela leitura de obras literárias – e-STJ fls. 43-44.

Interposto agravo em execução pelo Ministério Público, o Tribunal paulista cassou a referida decisão, determinando a realização de novo cálculo de liquidação de penas do reeducando (e-STJ fls. 63-66).

Nesta via, sustenta o impetrante, em síntese, a ausência de fundamentação suficiente a justificar o indeferimento da remição da sanção pela leitura de obras literárias formulado em favor do paciente.

Requer a concessão sumária e definitiva da ordem constitucional para que seja reconhecido o direito do reeducando à remição de pena pela leitura, nos termos do art. 126 da Lei de Execução Penal e da Resolução 44/2013 do Conselho Nacional de Justiça.

A liminar foi indeferida (e-STJ fls. 74-75).

Informações prestadas (e-STJ fls. 86-92).

Parecer ministerial às fls. 94-101 (s-STJ), pela concessão da ordem.

É o relatório.

Inicialmente, cumpre atestar a inadequação de via eleita para a insurgência da impetrante contra o ato apontado como coator, pois o ordenamento jurídico prevê recurso específico para tal fim, circunstância que impede o seu formal conhecimento.

Entretanto, o caso será, excepcionalmente, examinado a fim de afastar ilegalidade evidente, nos termos do art. 654, § 2º, do Código de Processo Penal.

O benefício da remição foi indeferido ao reeducando pelo Tribunal de origem, ocasião em que se manifestou nos seguintes termos:

Com efeito, respeitada orientação em sentido contrário, esta Câmara tem entendimento no sentido de que a leitura de obra literária não dá ensejo à remição de pena, uma vez que se cuida de situação não contemplada no artigo 126, da Lei nº 7.210/84, cujo rol é taxativo. De fato, o citado dispositivo legal somente permite a remição

por trabalho ou estudo. E não se pode interpretar a dicção “estudo”, mesmo à luz do artigo 205, da Constituição Federal, e do artigo 1º, da Lei de Execução Penal, no sentido de abarcar a simples leitura de livros. O estudo que gera direito à remição é aquele a que atendidas às exigências previstas nos parágrafos 1º e 2º, do referido artigo 126, da Lei de Execução Penal.

[...]

Nesta esteira, a omissão legislativa, com a devida vênia, não pode ser suprida pela Recomendação do Colendo Conselho Nacional de Justiça, ou mesmo por portaria da Egrégia Corregedoria Geral dos Presídios.

Em suma, o agravado não faz jus ao benefício.

Ao assim decidir, a instância *a quo* malferiu entendimento firmado por esta Corte no sentido de ser viável a remição da pena pela leitura diante de uma interpretação extensiva *in bonam partem* do art. 126 da Lei de Execução Penal.

A propósito:

EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. REMIÇÃO DA PENA PELA LEITURA. PORTARIA CONJUNTA N. 276/2012, DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL/MJ E DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. RECOMENDAÇÃO N. 44/2013 DO CNJ. REMIÇÃO. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA IN BONAM PARTEM. POSSIBILIDADE. RESENHA PREJUDICADA PELA COMISSÃO. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS APTOS E DE FUNDAMENTAÇÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. WRIT NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO.

[...]

2. A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, como resultado de uma interpretação analógica *in bonam partem* da norma inserta no art. 126 da LEP, possui entendimento de que é possível a hipótese de abreviação da reprimenda em razão de atividades que não estejam expressas no texto legal.

3. O entendimento desta Corte está consolidado no sentido de admitir a remição da pena pela leitura nos termos da Portaria conjunta n. 276/2012, do Departamento Penitenciário Nacional/MJ e do Conselho da Justiça Federal, bem como da Recomendação n. 44/2013 do Conselho Nacional de Justiça. Dos termos da portaria conjunta e da recomendação anteriormente citadas, verifica-se que a comissão deverá apresentar análise da resenha apresentada pelo reeducando, observando "os aspectos relacionados à compreensão e compatibilidade do texto com o livro trabalhado" e, posteriormente, encaminhar ao Juízo da Execução competente para que "este decida sobre o aproveitamento da leitura realizada".

4. No caso, tendo a comissão julgado prejudicada a resenha da reeducanda, sem apresentar argumentos técnicos aptos a demonstrar a ausência de compreensão e incompatibilidade do texto com o livro trabalhado, verifica-se que o artigo 6º, inciso VII da Portaria conjunta n. 276/2012 do DEPEN e do CJF, bem como o artigo 1º, inciso V, alínea 'f' da Recomendação n. 44, do CNJ não foram observados. Ademais, cabe ao Juízo da Execução decidir sobre o aproveitamento ou não da resenha apresentada diante da análise dos argumentos expendidos pela Comissão Técnica a respeito, os quais, in casu, não cumpriram a sua finalidade.

5. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para cassar o acórdão impugnado e determinar ao Juízo de Direito da 2ª Vara de Execuções Criminais da Comarca de São Paulo que analise o aproveitamento da resenha apresentada pela reeducanda para fim de conceder a remição pela leitura, sem prejuízo da requisição de todos os documentos hábeis para esse fim, tais como a cópia da resenha, transcrição das arguições oral e escrita da apenada entre outros, observados os parâmetros das normas que disciplinam a remição pela leitura e em consonância com os objetivos do art. 126 da LEP.

(HC n.º 413501/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 01/08/2018).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.

EXECUÇÃO PENAL. REMIÇÃO PELA LEITURA. POSSIBILIDADE. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM EM DISSONÂNCIA COM A ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL DESTA CORTE SUPERIOR. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. INSURGÊNCIA DESPROVIDA.

1. Hipótese em que o reeducando teve remidos quatro dias de sua reprimenda privativa de liberdade pela leitura, nos termos da Recomendação n.º 44/2013, do Conselho Nacional de Justiça.

2. Esta Corte Superior de Justiça firmou entendimento no sentido de ser viável a concessão da remissão por atividades não expressas na lei, diante de uma interpretação extensiva in bonam partem do artigo 126 da Lei de Execução Penal.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp n.º 696637/SP, de minha relatoria, QUINTA TURMA, DJe 04/03/2016)

Desta forma, considerando que, “em se tratando de remição da pena, é, sim, possível proceder à interpretação extensiva em prol do preso e da sociedade, uma vez que o aprimoramento dele contribui decisivamente para os destinos da execução” (HC n. 312.486/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 22/06/2015), é legítimo admitir a leitura como causa de desconto de pena, circunstância que revela a procedência dos argumentos lançados na petição inicial e reclama a reforma do

Superior Tribunal de Justiça

acórdão impugnado.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 34, inciso XX, do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **não se conhece** do presente *habeas corpus*, **concedendo-se**, contudo, a ordem de ofício, nos termos do art. 654, § 2º, do Código de Processo Penal, para, cassando o acórdão ora combatido, restabelecer a decisão do Juízo das execuções.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro JORGE MUSSI
Relator